



SUMÁRIO

1	NOÇÕES GERAIS.....	21
1.1.	CONCEITO DE RECURSO	21
1.2.	RECURSOS E SUCEDÂNEOS RECURSAIS	34
1.2.1.	Introdução	34
1.2.2.	Remessa Necessária.....	35
1.2.3.	Correição Parcial	38
1.2.4.	Pedido de Reconsideração	39
1.2.5.	Suspensão de Segurança.....	42
1.3.	CLASSIFICAÇÃO DOS RECURSOS.....	43
1.3.1.	Objeto Imediatamente Tutelado	43
1.3.2.	Fundamentação Recursal	46
1.3.3.	Abrangência da Matéria Impugnada	49
1.3.4.	Subordinação ou Autonomia	51
1.4.	RECURSO ADESIVO	56
1.4.1.	Introdução	56
1.4.2.	A Forma Recursal de quem não Pretendia Recorrer....	57
1.4.3.	Espécies Recursais que Admitem a Forma Adesiva.....	63
1.4.4.	Desistência do Recurso Principal e o Princípio da Boa-Fé Objetiva	69
1.4.5.	Legitimidade.....	73
1.4.6.	Prazo	79
1.4.7.	Natureza Jurídica	80
1.4.8.	Objeto do Recurso Adesivo.....	81
1.4.9.	Requisitos Específicos de Admissibilidade	82

1.4.10. Julgamento do Recurso Adesivo.....	85
1.4.11. Recurso Principal e Adesivo de Diferentes Espécies ...	89
1.5. Honorários advocatícios recursais.....	92
1.5.1. Razão de ser a Majoração de Honorários em Sede Recursal.....	92
1.5.2. Demonstração de Efetivo Trabalho do Advogado? ...	94
1.5.3. Espécies Recursais que Admitem a Fixação de Honorários Recursais	95
1.5.4. Fixação dos Honorários Recursais Dependente do Teor do Julgamento Recurso.....	97
2 EFEITOS RECURSAIS.....	99
2.1. INTRODUÇÃO.....	99
2.2. EFEITO OBSTATIVO.....	99
2.2.1. Conceito.....	99
2.2.2. Abrangência.....	102
2.3. EFEITO DEVOLUTIVO.....	108
2.3.1. Introdução	108
2.3.2. Extensão da Devolução	110
2.3.3. Profundidade da Devolução.....	111
2.3.3.1. Introdução.....	111
2.3.3.2. Devolução de Questões Suscitadas e Discutidas no Processo	112
2.3.3.3. Devolução de Fundamentos de Pedido e de Defesa	114
2.3.3.4. Devolução e Cumulação de Pedidos	117
2.3.3.5. No Sistema Atual é Quase Irrelevante a Causa de Pedir Recursal?.....	120
2.3.3.6. “Causa Madura”	125
2.3.3.7. Profundidade do Efeito Devolutivo nos Recursos Especial e Extraordinário	127

2.4.	EFEITO SUSPENSIVO	128
2.4.1.	Introdução	128
2.4.2.	Efeitos Secundários e Efeito Suspensivo	131
2.4.3.	Geração de Efeitos Condicionados ao Trânsito em Julgado.....	135
2.4.4.	Efeito Suspensivo Próprio.....	137
2.4.5.	Efeito Suspensivo Impróprio	140
2.4.5.1.	Introdução.....	140
2.4.5.2.	Requerimento Expresso.....	142
2.4.5.3.	Risco de Grave Dano, de Difícil ou Impossível Reparação	143
2.4.5.4.	Demonstração de Probabilidade de Provi- mento do Recurso	146
2.4.6.	Efeito Suspensivo Impróprio e Tutela da Evidência... ..	153
2.4.7.	Efeito Suspensivo Parcial	156
2.4.8.	Suspensão dos Efeitos da Decisão e do Processo	158
2.5.	EFEITO TRANSLATIVO	161
2.5.1.	Introdução	161
2.5.2.	Objeto do Efeito Translativo	162
2.5.3.	Espécies Recursais	164
2.5.4.	Contraditório.....	166
2.6.	EFEITO EXPANSIVO.....	166
2.6.1.	Introdução	166
2.6.2.	Efeito Expansivo Subjetivo	167
2.6.2.1.	Prejuízo do Litisconsorte que Não Recorreu	167
2.6.2.2.	Benefício do Litisconsorte que Não Recorreu.....	169
2.6.2.3.	Incindibilidade do decidido e inevitabilidade de afetação	172
2.6.2.4.	Efeito Expansivo Subjetivo e Pluralidade de Recursos.....	176

2.6.3.	Efeito Expansivo Objetivo Interno.....	179
2.6.4.	Efeito Expansivo Objetivo Externo.....	183
2.6.4.1.	Efeito Expansivo Objetivo Integrativo.....	184
2.7.	EFEITO SUBSTITUTIVO	186
2.8.	EFEITO REGRESSIVO.....	188
3	PRINCÍPIOS RECURSAIS.....	193
3.1.	DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO	193
3.1.1.	Conceito.....	193
3.1.2.	Mesmo Grau de Jurisdição?.....	196
3.1.3.	O Duplo Grau de Jurisdição é Princípio Constitucional?.....	198
3.1.4.	Quais Espécies Recursais Garantem o Duplo Grau de Jurisdição?.....	200
3.1.5.	Pretensas Vantagens do Duplo Grau de Jurisdição.....	202
3.1.6.	Pretensas Desvantagens do Duplo Grau de Jurisdição.....	204
3.2.	TAXATIVIDADE.....	205
3.3.	SINGULARIDADE (UNIRRECORRIBILIDADE OU UNICIDADE).....	209
3.3.1.	Conceito.....	209
3.3.2.	Exceções à Singularidade.....	211
3.3.2.1.	Recursos Especial e Extraordinário	211
3.3.2.2.	“Interposição Simultânea” dos Recursos Especial e Extraordinário.....	212
3.3.3.	Recursos Especial, Extraordinário e Ordinário Constitucional	215
3.3.4.	Embargos de Declaração e Outra Espécie Recursal.....	216
3.3.5.	Agravo Interno e Agravo em Recursos Especial e Extraordinário.....	219
3.3.6.	Embargos de Divergência e Recurso Extraordinário ...	222
3.3.7.	Agravo de Instrumento e Apelação ou Contrarrazões de Apelação?.....	223

3.3.8. Julgamento Simultâneo de Ações Conexas por Sentença Única	225
3.4. VOLUNTARIEDADE.....	226
3.5. DIALETICIDADE.....	228
3.6. Fungibilidade	232
3.6.1. Introdução	232
3.6.2. E a tal Conversibilidade?	235
3.6.3. Conceito	238
3.6.4. Hipóteses de Fungibilidade Típicas	238
3.6.4.1. Embargos de Declaração e Agravo Interno (Art. 1.024, § 3º, do CPC).....	238
3.6.4.2. Fungibilidade Entre os Recursos Excepcionais	243
3.6.4.2.1. Fungibilidade entre Recurso Especial e Recurso Extraordinário	249
3.6.4.2.2. Fungibilidade entre Recurso Extraordinário e Recurso Especial	253
3.6.4.2.3. O Problema da Competência na Aplicação da Fungibilidade	258
3.6.4.2.4. Fungibilidade e Recurso Adesivo	261
3.6.5. Fungibilidade Recursal Atípica	265
3.6.5.1. Introdução.....	265
3.6.5.2. Dúvida Fundada (Objetiva) a Respeito do Recurso Cabível	267
3.6.5.3. Inexistência de Erro Grosseiro.....	273
3.6.5.4. Observância do Prazo do Recurso Cabível... ..	276
3.6.5.5. Inexistência de Má-fé.....	281
3.7. PROIBIÇÃO DA <i>REFORMATIO IN PEJUS</i>	283
3.7.1. Conceito	283
3.7.2. Condições Materiais para a Geração da <i>Reformatio In Pejus</i>	285
3.7.3. Fundamento da Decisão e <i>Reformatio In Pejus</i>	287

3.7.4. Matérias Cognoscíveis de Ofício.....	289
3.7.5. Teoria da Causa Madura.....	291
3.8. COMPLEMENTARIDADE	297
3.8.1. Conceito	297
3.8.2. Hipótese de Complementação Prevista em Lei.....	298
3.8.3. Há Hipóteses de Complementação não Previstas em Lei?	299
3.8.4. Fim da Preclusão Consumativa?	302
3.9. CONSUMAÇÃO.....	303
3.9.1. Conceito	303
3.9.2. Exceção ao Princípio	304
3.10. PRIMAZIA NO JULGAMENTO DO MÉRITO RECURSAL.....	306
3.10.1. Introdução	306
3.10.2. Causa para Inadmissão do Recurso e Formas de sua Superação.....	309
3.10.2.1. Introdução.....	309
3.10.2.2. Correção do Vício	309
3.10.2.2.1. Previsões Específicas.....	309
3.10.2.2.2. Previsão Genérica.....	310
3.10.2.2.3. Vício Insanável.....	312
3.10.2.2.4. Vício Estritamente Formal.....	316
3.10.2.2.5. Vício do Procedimento e não do Recurso.....	318
3.10.2.3. Fungibilidade.....	320
3.10.2.4. Instrumentalidade das Formas.....	321
3.10.2.4.1. Regra Geral.....	321
3.10.2.4.2. Recursos Especial e Extraordinário	323
4 JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE.....	331
4.1. INTRODUÇÃO.....	331

4.2. NATUREZA JURÍDICA DO JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE.....	333
4.3. NATUREZA DA DECISÃO SOBRE A ADMISSIBILIDADE RECURSAL.....	336
4.4. FORMA DO JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE.....	339
4.5. MOMENTO.....	343
4.6. PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE	346
4.6.1. Cabimento.....	346
4.6.1.1. Introdução.....	346
4.6.1.2. Despacho ou Decisão?.....	347
4.6.1.2.1. O Problema Prático da Indefinição do Conceito de Despacho.....	350
4.6.1.2.2. Embargos de Declaração.....	357
4.6.1.3. Decisões Irrecorríveis	359
4.6.1.3.1. Introdução	359
4.6.1.3.2. Exaurimento das Espécies Recursais... ..	360
4.6.1.3.3. Opção Legislativa	361
4.6.1.3.4. Embargos de Declaração.....	364
4.6.1.4. Decisões Recorríveis	367
4.6.1.4.1. Previsões Específicas.....	367
4.6.1.4.2. Previsões Genéricas.....	369
4.6.2. Legitimidade Recursal	373
4.6.2.1. Introdução.....	373
4.6.2.2. Parte	374
4.6.2.2.1. Conceito de Parte.....	374
4.6.2.2.2. Partes Legitimadas a Recorrer	376
4.6.2.2.3. Juiz e Auxiliares do Juízo	378
4.6.2.3. “Terceiro Prejudicado”	379
4.6.2.3.1. Introdução	379
4.6.2.3.2. Terceiro Juridicamente Interessado... ..	380
4.6.2.3.3. Advogado	382
4.6.2.3.4. Ministério Público.....	385

4.6.2.3.5.	Sujeito que não foi Ouvido no Processo em que era Obrigatória sua Atuação	386
4.6.2.3.6.	Defensoria Pública como Custos <i>Vulnerabilis</i>	388
4.6.3.	Interesse Recursal	389
4.6.3.1.	Introdução	389
4.6.3.2.	Utilidade	391
4.6.3.2.1.	Sucumbência	395
4.6.3.2.1.1.	Introdução	395
4.6.3.2.1.2.	Sucumbência Formal e Material....	395
4.6.3.2.1.3.	Sucumbência Material, Tese Prospectiva e Texto Legal.....	398
4.6.3.2.1.4.	Sucumbência Material e Interesse Recursal nos Embargos de Declaração	399
4.6.3.2.1.5.	Sucumbência Formal e Material e Solução da Questão Prejudicial	401
4.6.3.2.1.6.	Decisão Terminativa e Interesse Recursal do Réu.....	404
4.6.3.2.1.7.	Decisão Terminativa e Interesse do Autor em Modificar os seus Fundamentos	407
4.6.3.2.1.8.	Sucumbência e Cumulação de Pedidos.....	408
4.6.3.3.	Necessidade.....	412
4.6.3.4.	Adequação.....	414
4.6.3.5.	Interesse Recursal da Decisão de IRDR e de IAC	417
4.6.3.6.	Interesse Recursal do Ministério Público em Processo com Incapaz.....	421
4.6.3.7.	Interesse Recursal Condicionado.....	423
4.6.3.7.1.	Introdução	423
4.6.3.7.2.	Recurso Adesivo Excepcional Cru- zado.....	424

4.6.3.7.3.	Contrarrazões de Apelação com Impugnação de Decisão Interlocutória Não Agravável	425
4.6.4.	Inexistência de Ato Impeditivo ou Extintivo do Direito de Recorrer	428
4.6.4.1.	Introdução.....	428
4.6.4.2.	Desistência	431
4.6.4.2.1.	Introdução	431
4.6.4.2.2.	Momento.....	432
4.6.4.2.3.	Espécies de Desistência	435
4.6.4.2.4.	Efeitos	437
4.6.4.2.5.	Recorribilidade.....	439
4.6.4.2.6.	Litisconsórcio	441
4.6.4.2.7.	Parte Contrária	443
4.6.4.2.8.	Recursos Repetitivos e Repercussão Geral – A “Alma sem Corpo”	445
4.6.4.2.9.	Resistências Jurisprudenciais à Desistência	448
4.6.4.2.10.	Honorários Advocatícios	450
4.6.4.3.	Renúncia	451
4.6.4.3.1.	Introdução	451
4.6.4.3.2.	Parte Contrária	452
4.6.4.3.3.	Litisconsórcio	453
4.6.4.3.4.	Efeitos	455
4.6.4.3.5.	Momento.....	456
4.6.4.3.6.	Espécies	462
4.7.	AQUIESCÊNCIA	466
4.7.1.	Introdução	466
4.7.2.	Momento.....	468
4.7.3.	Espontaneidade	469
4.7.4.	Espécies	470
4.7.5.	Omissão.....	471

4.8.	TEMPESTIVIDADE.....	473
4.8.1.	Introdução	473
4.8.2.	Prazo	474
4.8.3.	Prazos Diferenciados	475
4.8.3.1.	Introdução.....	475
4.8.3.2.	Ministério Público, Advocacia Pública e Defensoria Pública	475
4.8.3.3.	Prazo em Dobro Previsto no Art. 229 do CPC.....	476
4.8.4.	Termo Inicial.....	478
4.8.4.1.	Introdução.....	478
4.8.4.2.	Intimação do Advogado ou da Sociedade de Advogados.....	479
4.8.4.3.	Intimação do Ministério Público, da Ad- vocacia Pública e da Defensoria Pública ...	482
4.8.4.4.	Decisão Proferida em Audiência	482
4.8.4.5.	Decisão Proferida em Sessão de Julga- mento.....	485
4.8.4.6.	Decisão Proferida Liminarmente.....	486
4.8.5.	Crises do Prazo Recursal.....	487
4.8.5.1.	Introdução.....	487
4.8.5.2.	Suspensão do Prazo	487
4.8.5.3.	Interrupção do Prazo Recursal	488
4.8.5.4.	Embargos de Declaração.....	493
4.8.5.5.	Embargos de Divergência	497
4.8.5.6.	Justa Causa (Justo Impedimento).....	497
4.8.5.7.	Feriado Local.....	501
4.8.6.	Recurso “Prematuro”	504
4.8.7.	Interposição pelo Correio.....	506
4.9.	PREPARO.....	507
4.9.1.	Conceito	507

4.9.2.	Hipóteses de Isenção	509
4.9.3.	Regra da Comprovação Imediata.....	511
4.9.4.	Recolhimento em Valor Insuficiente	514
4.9.5.	Recorribilidade.....	519
4.9.6.	Ausência de Comprovação	520
4.9.7.	Justo Impedimento.....	523
4.9.8.	Preenchimento Incorreto de Guia.....	530
4.9.9.	Devolução do Preparo.....	534
4.9.10.	Gratuidade de Justiça.....	536
4.10.	REGULARIDADE FORMAL	539
4.10.1.	Introdução	539
4.10.2.	Ato Escrito.....	539
4.10.3.	Fundamentação.....	544
4.10.4.	Capacidade Postulatória	546
4.10.5.	Assinatura	548
4.10.6.	Procuração.....	549
5	JUÍZO DE MÉRITO.....	553
5.1.	INTRODUÇÃO.....	553
5.2.	COMPETÊNCIA.....	553
5.3.	OBJETO DO JUÍZO DE MÉRITO	559
5.4.	EFEITOS.....	561
5.5.	CAUSA DE PEDIR RECURSAL	562
5.5.1.	Introdução	562
5.5.2.	Error In Procedendo.....	563
5.5.3.	Error In Judicando.....	564
5.5.3.1.	Introdução.....	564
5.5.3.2.	Fixação da Base Fática da Decisão	565
5.5.3.3.	Fixação do Objeto de Prova.....	566
5.5.3.4.	Escolha das Provas na Formação do Con- vencimento.....	567

5.5.3.5. Valoração da Prova	568
5.5.3.6. Error In Judicando Jurídico.....	568
5.6. PEDIDO	571
5.7. CORRELAÇÃO ENTRE CAUSA DE PEDIR RECUR- SAL E PEDIDO	575
BIBLIOGRAFIA	581